



## “Eu vejo o futuro repetir o passado”<sup>1</sup>: histórias de mulheres trabalhadoras rurais baianas e as violências de gênero, “guarda-chuva” de violações de direitos femininos

I see the future repeat the past": stories of bahian rural workers women and gender-based violence, coverage against women's rights violations

*Maria Asenate Conceição Franco*(\*)

### RESUMO

Invisíveis como sujeito e objeto de suas histórias de vidas, mulheres carregam a submissão/opressão, negação de direitos e isolamento intelectual em sua trajetória assimétrica de gênero. O artigo faz análise sobre o *continuum* histórico da violência de gênero representada por multifaces contra mulheres trabalhadoras rurais baianas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das mulheres. Mulheres Rurais. Feminismo. Violência de gênero.

### ABSTRACT

Invisibles as subject/object of their lives histories, women carry the submission/oppression, denial rights, intellectual isolation in their asymmetrical trajectory of gender. The article analyzes the historical continuity of gender violence represented by multifaceted women rural workers in Bahia.

**KEYWORDS:** Women's History. Women Rural Workers. Feminism. Violence of Gender.

A historiografia das mulheres brasileiras aponta para um silenciamento compulsório de suas narrativas de vida. Invisibilizadas, como sujeitos e

---

<sup>1</sup> Analogia do verso da letra da música de Cazusa: *O TEMPO NÃO PARA*. As violências contra mulheres se fazem presentes na historiografia de suas vidas (grifo nosso).

(\*) IFBAIANO UFBA. Assistente Social, pesquisadora sobre mulheres rurais, direitos humanos. E-mail: maria.franco@gm.ifvaiano.edu.br.

objetos, suas vidas foram assinaladas, conforme ressalta a literatura, por episódios de submissão/opressão, negação de direitos, isolamento intelectual, dentre outros aspectos favoráveis ao androcentrismo, machismo, sexismo, e, sumalizando, assimetria de gênero. Para tanto, este artigo propõe analisar o *continuum* histórico da violência de gênero representada por multifaces contra mulheres trabalhadoras rurais baianas. A presente discussão temática é resultado do trabalho de campo, em andamento, para fins de doutorado.

O processo de resistências de movimentos de mulheres e movimentos feministas no contexto social do Brasil traduz adversão à sub-representatividade das mulheres, na sociedade modelada pelo patriarcado. Na emergência dos anos 1970, vozes femininas ecoaram para contar suas Histórias. Já as décadas contemporâneas, mulheres se sobressaem na condição de sujeitos e objetos, ao tempo em que evocam suas histórias atravessadas pelo *continuum* fenômeno da violência de gênero. Análises empíricas, proveniente de trabalhos de campo, com enfoque na violência contra a mulher em contextos rurais baianos desencadearam reflexões críticas na perspectiva de gênero e feminista, a respeito do fenômeno social violador de direitos da mulher plural.

Pesquisas enfatizam ser esse o vetor mais comum dos excessos de rupturas da integridade psicológica, física, moral, patrimonial, sexual contra nós mulheres, as quais, de modo geral, sempre caminharam no sentido homem-mulher. Não obstante, a violência de gênero contra mulheres pode ser entendida como fenômeno social democrático, sendo sua materialização atemporal atravessa categorias de gênero, raça/etnia, credo religioso, território, classe social, capital cultural, condição sexual, idade/geração, casta, laços consanguíneos e afetivos. Cenário esse visibilizado em nosso cotidiano. Destaca-se aqui, porém, a violência racial velada pela decantada democracia racial (CARNEIRO, 2002). Ressalto, ainda, que esse guarda-chuva acomoda tais violências, as quais, na maioria das situações, se materializam simbolicamente (BOURDIEU, 2014; SOIHET, 1998).

Tratam-se, sobretudo, de mulheres que na sua historiografia foram invisibilizadas e afônicas. Reduzidas a objetos e submetidas às multifaces da

opressão masculina, alicerçada pelo patriarcado, ocuparam (ainda ocupam) um lugar secundarizado socialmente. A percepção que aflora dos acervos bibliográficos, que discorrem o fenômeno da violência contra as mulheres, debruça-se a visibilizar mulheres urbanas. Contudo, são mulheres, que quando se encontram em situações de violências, têm mais probabilidade em acessar políticas públicas e sociais de caráter protetivo e preventivo. Não obstante, mulheres “escondidas” em suas sebes rurais ecoam seus gritos e, sem serem ouvidas, escapam das estatísticas e da rede de proteção socioassistencial.

A subordinação da mulher, no contexto social brasileiro, advém de períodos históricos denunciados pelas literaturas sobre a condição da mulher não sujeito (PERROT; 1995; DIAS, 1995; DEL PRIORE, 1998; SOIHET, 1997, 2008). O acervo bibliográfico registra momentos do Brasil Colônia em que a mulher foi coisificada. Na qualidade de mercadoria e objetos, mulheres sobreviviam precariamente, em condições subumanas, escravizadas, oprimidas e susceptíveis a violências múltiplas, tanto em seus corpos, quanto em suas almas. Essas mulheres de origem africana, ‘da senzala’, permaneceram resilientes às formas brutais de tratamentos hostis e inventaram saídas de “[...] não morrer, não adoecer, e não enlouquecer [...]” (DIAS, 2012, p. 361), na casa grande, enquanto serviços dos colonizadores e de suas senhoras.

De modo geral, a tendência das pesquisas no meio acadêmico que dizem respeito à violação de direitos humanos das mulheres, com destaque para a violência de gênero, dão ênfase ao debate sobre questões relacionadas às mulheres urbanas. Há uma timidez na produção de referenciais, que possam subsidiar trabalhos que trilhem nas análises da problemática que envolve a mulher em situação de violência no campo. Necessário se faz esta relevância, haja vista a preocupação iniciada trazer para o debate, elementos empíricos de violência contra a mulher, reincidentes na historiografia de mulheres que deram um basta à submissão/opressão/dominação masculina.

A partir da análise baseada na epistemologia feminista, evoca-se a defesa dos direitos humanos de mulheres rurais, da desnaturalização do “não

sujeito” e da não aceitação da condição secundária da mulher, em relação ao homem opressor e dominador. Com efeito, a subordinação feminina cristalizada mundialmente manifesta-se como a forma primária de opressão na história da humanidade (SARDENBERG; COSTA, 1994). Nesta perspectiva, torna-se premente discutir o fenômeno da violência contra a mulher, nas suas múltiplas expressões visibilizado na história feminina, como por exemplo, as violências de gênero na modalidade violências simbólicas.

Os anos 1970 foram importantes para a história dos movimentos feministas nacionais e internacionais, haja vista a visibilidade que tais movimentos alcançaram, a partir de suas mobilizações em defesa da mulher. Nesse período, constatada a negação e o esquecimento da história das mulheres, as feministas, antecedem aos historiadores/as e emergem, com todo vigor, para promover discussões relevantes sobre a historiografia das mulheres (DEL PRIORE, 1998 SOIHET, 2001).

A destituição de poderes e a participação de mulheres na vida política e social, a espaços educacionais que extrapolem a administração de “cuidados”, atribuí-lhes lugares socialmente demarcados pelo poder masculino, a exemplo do espaço de reprodução social, logo, símbolos que corroboram para a violência simbólica instalada e, em certos ocasiões, naturalizadas pela mulher. Sendo assim, a partir de uma visão Católica, a ideologia de igualdade entre homens e mulheres, se tornava um discurso vazio, desnecessário no cotidiano feminino.

**Rememorar a história das mulheres:** singularidades e pluralidades num universo marcado pela invisibilidade

No livro *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*, (1995), da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, precursora na historiografia das mulheres brasileiras, encontra-se uma releitura da vida de mulheres no tocante às suas singularidades e pluralidades, a partir de suas adjetivações, seus múltiplos extratos sociais: negra, trabalhadora, índia, mestiça, forra,

escrava, pobres, ativista, improdutiva, ‘cabeças de fogo’<sup>2</sup>. Ela evidencia elementos relevantes, fatos e episódios ocorridos nos séculos analisados, bem como a importante contribuição das mulheres no contexto social, econômico, político e histórico do Brasil.

Para tanto, Dias (1995), ao ressignificar a imagem das mulheres nos seus fatores multideterminados, multicausais que as posicionam na condição de labor para garantir meios sobrevivência, reforça que:

O espaço de sobrevivência das mulheres pobres, brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo coincidiam com a margem tolerada de relativa autonomia dos desclassificados sociais; difícil, se não impossível, de ser devidamente policiada, cresceu com a urbanização, multiplicando oportunidades de improvisações de papéis informais; na cidade, as mulheres pobres circulavam pelo espaço social - fontes, lavadouros, ruas e praças -, onde se alternavam e sobrepunham o convívio o convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fimbrias da escravidão e do comércio livre. [...] mulheres pobres, em sua faina por um ganha-pão precário. Anônimas viveram antes o tempo dos pequenos e a luta de sobrevivência dos oprimidos, [...] (DIAS, 1995, p. 19; 27).

Contrário aos estereótipos de uma figura feminina ‘frágil’, ‘feminização da pobreza’, ‘sem serventia’, ‘submissa’, ‘papel secundário’, tanto na época da análise de Dias, quanto na atualidade, ressalta-se que com menos frequência, são as mulheres, sujeitos sociais, que na sua trajetória expericiaram, e expericiam, árduas lutas para manutenção das despesas, através da ocupação compulsória de espaços públicos e privados, principalmente, conforme afirma a autora, as mulheres ‘cabeças de fogo’, pertencentes à classe popular. Em certos casos, inseridas no mundo do trabalho informal, subempregos, desprotegidas dos direitos trabalhistas e, na maioria das vezes, cumpridoras das condicionalidades de programas de transferências de renda, fatores que acarretam as suas atribuições, em meio a uma diversidade de papéis a assumir socialmente.

Rachel Soihet (1997), em sua produção *Violência Simbólica: saberes Masculinos e Representações Femininas* analisa as representações da

---

<sup>2</sup> A autora, com essa expressão, refere-se às mulheres principais provedoras de seus domicílios.

violência simbólica, na vida de mulheres no século XIX. A autora destaca a influência da Igreja Católica em manter a submissão feminina no contexto da época. Entre os ensinamentos religiosos, tornava-se irrelevante a discussão sobre igualdade entre homens e mulheres, assim como, quanto a sua dispensa compulsória face ao direito à participação na vida social e política do país. As formas simbólicas representadas pela assimetria de gênero que percorria, desde questões religiosas até a educação formal, eram partes integrantes do cotidiano das mulheres da época.

A violência simbólica, enquanto fenômeno “naturalizado” e intrínseco nas relações de gênero, haja vista a incorporação dos instrumentos de dominação pelo ser dominado contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos da submissão/opressão predominantes. Decerto, quando a mulher torna-se alheia à vida social e política, tem comprometida a sua autonomia enquanto sujeito político.

Soihet, *op.cit.*, esclarece que:

[...] a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. [...] definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação- que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída- é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal (SOIHET, 1997, p. 4-5).

Essa mulher representava a família, enquanto o homem, racional, detentor das faculdades mentais, pertencia aos ‘mundos’ social e familiar. No que se refere à educação, somente os homens acessavam a educação superior, bem como as profissões da área de exatas. Na sociedade da época, a mulher permanecia com papéis previamente definidos: submissas e oprimidas. Suas funções laborais estavam em consonância com o cuidado materno e a administração do lar.

Embora o trabalho de Soihet (1997) reflita a submissão feminina e o poder masculino, a autora faz o paradoxo com as lutas feministas, com vistas à cidadania plena das mulheres, o que contrariava ao ideal preconizado na época do Iluminismo (A verdade das luzes). Mulheres mártires, como Olympe Gouges, em sua luta pela defesa dos Direitos da Mulher, foi condenada à

morte; Nísia Floresta, por sua vez, pela via da imprensa escrita, publicou algumas das insatisfações femininas, a exemplo do direito à educação, ao divórcio, a independência econômica, aos direitos civis e políticos; Bertha Lutz, importante ativista no movimento em defesa da cidadania plena da mulher, lutou em favor do direito ao voto feminino.

Soihet (2001) e Del Priore (1998) chamam a atenção para os contornos sinuosos durante o percurso desse processo, caracterizado por negação e esquecimento. As autoras apontam dois acontecimentos na década de 1970: primeiro, a emergência feminismo e sua interligação com a antropologia e a história das mentalidades; segundo, período relevante na produção intelectual com a obtenção da história social e das novas pesquisas apoiadas pela memória popular. “[...] as militantes dos movimentos feministas fazem a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras a façam” (SOIHET, 2001, p. 8).

Os registros historiográficos sobre as mulheres assinalam que a sociedade androcêntrica, responsabilizou-se em narrar suas histórias, fato que as levou a tornarem-se herdeiras de “um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso” (DEL PRIORE, 1998, p. 217). A memória que visibilizasse o importante papel da mulher na sociedade brasileira emergia sem passado. Destarte, foram as mulheres, segmentos sociais, por longo período, invisíveis à História (AMORIN, 2003).

Perrot (1995) contribui para essa reflexão, ao salientar que:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativas às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos (PERROT, 1995, p. 11).

Resistir e persistir contra a desigualdade de gênero é marco referencial do campo político dos movimentos de mulheres e das feministas<sup>3</sup>. No Brasil, há mais de quatro décadas, mulheres se articulam e se mobilizam para

---

<sup>3</sup> Para melhor análise consultar SILVA, C.; CAMURÇA, S: Feminismo e Movimentos de Mulheres, (2013); SILVA, 2010.

desarraigar a violência de gênero. Motivada pelas expressões da assimetria de gênero, e, em muitos episódios, o domicílio familiar é o cenário mais comum onde se materializa a desigualdade de gênero abalizada pela condição feminina sob a dominação masculina a partir da relação patriarcal de gênero. Por ser mulher é condicionada à opressão do homem, com quem, geralmente, possui vínculo afetivo. Matrizes de exclusão social: gênero, geração, raça, classe e outros, contribuem para intensificar o processo de opressão da mulher e subjuga-la na condição de “sexo frágil”, subalterna, dominada.

Em sua historiografia, as mulheres têm experienciado diferentes tipos de violência, tais como a simbólica<sup>4</sup>, a psicológica, a física, a moral, a patrimonial ou a sexual, construídas e consolidadas pelas relações desiguais entre mulheres e homens, articuladas com suas bases materiais dos eixos de exclusão de gênero, raça/etnia e classe social. Essas experiências impulsionaram mulheres a lutar, coletivamente, por justiça social, pelo fim da desnaturalização de problemas determinados pelas relações sociais, que indignam esse coletivo, quando seus direitos são violados em favor de uma sociedade modelada pelo patriarcado e estereótipos anacrônicos de assujeitamento da figura feminina, submetendo-a a padrões e normas estabelecidos pelo domínio e poder do homem sobre a mulher no contexto conjugal brasileiro.

### **Violências de gênero e ‘violência simbólica’ na vida de mulheres trabalhadoras rurais baianas**

Por se tratar de uma violência simbólica, naturalizada e sutil, a violência de gênero é, também, invisibilizada em certas ocasiões por mulheres acometidas dessa face da violência. Arraigadas por ideologias patriarcais, são recorrentes, principalmente na vida de mulheres que definem a figura masculina como a “cumeieira da casa”<sup>5</sup>. Certamente a violência simbólica não se vê, todavia, deixa marcas na alma. Neste sentido Bourdieu (2014, p. 12),

---

<sup>4</sup> Ver por exemplo SOIHET (1997).

<sup>5</sup> Refiro-me à fala de uma das mulheres ao ser perguntada sobre igualdade de gênero. “A mulher não é igual ao homem, ele é a cumeieira da casa”.

em seus escritos, convida a uma reflexão sobre a lógica da dominação masculina, ao dizer que esta pode ser “[...] exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado, de uma língua [...], de um estilo de vida [...] e, geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, [...]”. Em outra passagem, desse mesmo livro, o autor enfatiza a violência simbólica como um fenômeno permitido por quem é acometido por ela, e segue em suas considerações, dizendo que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante [...] quando ele não dispõe, para pensa-la para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 2014, p. 56).

O fenômeno da violência de gênero contra a mulher, como ressalta muito bem Bandeira (2014), apresenta-se na vida social como polissêmico, multicausal e multiforme. É comum haver relação assimétrica de gênero, esta, conseqüentemente posiciona a mulher como oprimida, submissa, isolada, medrosa, intimidada (*Ibid.*).

Ainda, nas palavras da autora, a violência de gênero “[...]. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de Outrem” (BANDEIRA, 2014, p. 460).

Sequenciando, Lisboa (2014) ao ampliar discussões referentes à violência de gênero, políticas públicas e serviço social, chama a atenção quanto à visibilidade do fenômeno social da violência de gênero, nas intervenções de assistentes sociais. Ressalta, também, que a diversidade da violência de gênero, está para além dos atos brutais visíveis, cujas manifestações se corporificam silenciosamente, podendo ser denominada “violência sem sangue”, tornando-se oportuno trazer a fala de uma das mulheres rurais<sup>6</sup>, ao referir-se à violência moral, que assim evocou: “[...] *tem certas palavras que é pior que um tapa*”.

---

<sup>6</sup> Depoimento que antecedeu a pesquisa de campo, dado durante a implementação do Projeto extensionista: “A MARIA DA PENHA” EM MOVIMENTO: conversando e aprendendo sobre violência contra a mulher em contextos rurais das cidades baianas, de Governador Mangabeira e Muritiba, desenvolvido em 06 comunidades rurais, de outubro/2015 a maio/2016, que objetivou promover e contextualizar ações político-educativas inspiradas na pedagogia feminista transformadora que visibilizassem multifaces das violências de gênero

Conforme demonstrado, a violência contra a mulher se desdobra na relação assimétrica de gênero, contudo, Velázquez (2006, *apud* LISBOA, 2014, p. 26), referenciada pelas Organizações das Nações Unidas - (1993) define a “Violência de gênero”, como: “[...] todo o ato de violência que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto produzidas na vida pública como no espaço privado”. Tal categoria é materializada diferentemente, conforme prossegue a autora, citando Velázquez:

[...], a violência de gênero nos conduz a abordá-la desde a perspectiva individual até a do coletivo. Leva-nos, também, a repensar os limites da ética e dos direitos humanos. [...], violência de gênero engloba várias formas de violência: violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual (no interior da família e em diferentes âmbitos da comunidade), violência psicológica, patrimonial, tráfico de mulheres e de meninas para fins de prostituição etc. As temáticas mais específicas como o abuso sexual de crianças e adolescentes, maus-tratos infantis, incesto (violências exercidas especialmente pelo fato de serem mulheres) também estão incluídas nesse vasto “guarda-chuva” que abriga a diversidade de tipologias que cabem no conceito (*apud* LISBOA, 2014, p.26).

A crítica de Saffioti (2002) ao fenômeno da violência simbólica está em seu trabalho sobre *As contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Ela salienta que este invade o sub e o consciente de mulheres nessa condição hierárquica, ao tempo em que enfatiza:

Trata-se de um fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso violência para realização do projeto masculino de dominação- exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2002, p. 3).

A percepção da igualdade/desigualdade de gênero e a relação binária: homem dominador – mulher dominada, se dá na dimensão simbólica, essa manifestação tende a camuflar a opressão e submissão de gênero, a dominação masculina está arraigada na sociedade brasileira que herdou normas e “estereótipos vigentes acerca da relação homem/ mulher que previa

---

contra mulheres camponesas baianas e potencializassem lutas e resistências feministas contra o patriarcado, fundante da opressão, dominação, exploração, discriminação e desigualdade entre homens e mulheres.

a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços proveniente da vida comum” (SOIHET, 2008, p. 377).

As lutas sociais desencadeadas por mulheres coletivamente constituem-se enquanto instrumento para visibilizar a condição de opressão/subordinação/ a dominação da mulher e, concomitantemente, compreender o anacronismo histórico e cultural na sociedade brasileira que cristaliza a desigualdade de gênero. As lutas sociais constituem os movimentos sociais que, para Silva e Camurça (2013, p. 9), são:

[...] um processo contínuo de ações coletivas com algumas características que lhes são próprias [...]. A força dos movimentos sociais está na sua capacidade de explicar o problema ou situação que se quer enfrentar. [...]. A ação dos movimentos sociais se faz frente ao Estado.

A ação dos movimentos sociais frente à esfera estatal, incontestavelmente, fomenta respostas às demandas e pressões de grupos sociais aliados de direitos e em situação de opressão/subordinação, a exemplo de mulheres em situação de violação de direitos humanos. Para tanto, Soihet (2008), em suas reflexões literárias sobre *Mulheres Pobres e Violência Brasileira*, alerta que no final de século XIX e início do século XX, a compreensão feminina pautava-se em atitudes de submissão e comportamento nos moldes das convenções, regras e leis da época. Disciplina e o controle na vida dessas mulheres evidenciava o fenômeno da violência cotidianamente. Destarte, as mulheres mais pobres impregnavam a violência multiforme, estigmatizada pela categoria classe social, o que poderia intensificar quando de linhagem africana. “[...] não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; [...]” (SOIHET, 2008, p. 363).

Nessa caminhada histórica das mulheres, revanches às multifaces da violência perpetradas pela figura masculina, revelam que há circunstâncias em que a submissão dá lugar às cóleras femininas, conforme registradas na literatura, na análise que segue:

[...] muitas *populares* vítimas rebelaram-se contra ao maus- tratos de seus companheiros numa violência proporcional, precipitando soluções extremas; mais uma vez desmentindo os estereótipos

correntes acerca de atitudes submissas das mulheres. (SOIHET, 2008, p. 370).

Nessa assertiva, a autora ilustra, com narrativas, episódios que foram vivenciados por famílias do Rio de Janeiro e que podem ser analisados no caso relatado pela autora sobre a vida ceifada de “Marcolino Ferreira da Costa”, por sua esposa, “Arminda Marques de Oliveira”, lavradora, com quem constituiu matrimônio por quase duas décadas. O desaparecimento da harmonia familiar causada pela embriaguez do companheiro, consta nos relatos de Arminda, a seguir:

Muitas vezes apanhava de pau; que Marcolino não tinha mais o menor respeito à família, quer dizendo em frente de seus filhos palavras obscenas, quer praticando com a depoente atos sexuais em sua presença; que a isso era forçada pois que Marcolino tinha um gênio irascível (1917 *apud* SOIHET, 2008).

Poder-se-ia fazer a releituras de tantos outros acontecimentos percorridos pela autora, entretanto, quando na implementação do projeto de pesquisa realizado com mulheres trabalhadoras rurais, registamos, também, ocorrências de atos violentos cometidos por mulheres cansadas de apanhar e serem ameaçadas de morte por companheiros, com quem constituíram laços matrimoniais. Em um contexto onde a violência precisa de um basta, mulheres reagem à dominação masculina como forma de findar com as sessões de maus-tratos, divergindo com a categoria “vítima”, com a qual, também, não concordamos, conforme ressaltado por Saffioti (2002, p. 4), ao dizer que:

Todavia, as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros [...]. Por que, então, continuar denominando as mulheres que sofrem violência de gênero, [...] doméstica e intrafamiliar, de vítimas?

Com a aplicação da técnica de grupo focal, reunimos relatos de mulheres trabalhadoras rurais, protagonistas do projeto sobre as representações sociais da violência contra a mulher em contextos rurais baianos, as quais discutiram sobre situações de violências que insistiam em continuar nos seus cotidianos. Tais mulheres, apesar de todo o labor na lavoura, desempenhando papel complementar e subalterno (SOIHET, 2001),

vivenciam as dificuldades para Acesso às políticas públicas, a exemplo de equipamentos das áreas de educação, creche, saúde, lazer, sistema de proteção social, quando em situação de violência doméstica ou familiar, deram suas contribuições à nossa pesquisa, relatando registros, na trajetória conjugal, momentos de assimetria de gênero.

Nesse contexto, vale enfatizar que a história das mulheres, público-alvo desta pesquisa, não são universalizadas nas vidas femininas, embora a violência doméstica e ou familiar, não esteja, necessariamente, imbricada com reciprocidades de momentos violentos de revanches que potencializam a desigualdade de gênero além da falta de respeito à pessoa humana, seja feminina ou masculina.

A análise de falas de mulheres que cotidianamente conviveram com a violência nas suas multifaceas, mostram como essas encontram formas próprias de defesa dessa violação de direitos humanos, em especial, na condição de esposa, companheira de homens violentos que impuseram domínio sobre suas companheiras pela violência física e psicológica, conforme pode ser visto no relato das falas de duas mulheres trabalhadoras rurais, quando dão um “basta” à situação de violência doméstica, a qual materializada em agressões físicas, resultava em outras formas de violência, como a psicológica, a patrimonial e a simbólica, que a condição de esposa, mãe, cuidadora, administradora da casa lhe confere ao ‘naturalizar’ papéis femininos’ como intrínsecos à mulher, o que corrobora, não somente com a assimetria de gênero, mas, também, com a invisibilidade da mulher, sujeito político, portanto, em busca da igualdade de gênero.

### **Violências de gênero: guarda-chuva que acomoda violências sexual, psicológica, física, patrimonial, moral**

Decerto, o fenômeno da violência contra a mulher, enquanto fator multideterminado, multicausal e multifacetado, faz parte das releituras historiográficas das mulheres (BANDEIRA, 2014). Desde o Brasil Colônia, a imagem da mulher traz, implicitamente, a violação de direitos humanos naturalizados nas relações de poder masculino, e materializadas, nas vidas

de mulheres trabalhadoras rurais, como podem ser observadas nas narrativas, a seguir.

Ai a parti de 8 ano fui pra Salvador trabalhar, um pessoal me levou pra Salvador pra trabalhar fui cheguei lá apanhei muito na casa da mulé. Ai infelizmente quando tinha na base de 10 ano o homem me pego, me estuprou um senhor, hoje eu tenho pavor de senhor por causo disso ele me batia, quando falei pra mulé ela achava que era mentira minha. (Tita; **violência sexual**).

Com 20 anos, ai fiquei grávida tive ela que foi, desde gravidez que foi só sofrimento, que ele não dava atenção assim de pai, em momento nenhum ele dava atenção de pai, sempre mulherengo ai sempre me botava apelido, vários apelido botava que tava feia, que tava gorda, que era pra se cuidar que tava com cabelo duro. [...]ele me ameaçava por demais, dizendo que eu nunca iria conseguir um trabalho, [...]. Acho que violência contra a mulher é de vários jeito, que o homem chegar e dizer assim você tá feia, oh paí como tá gorda, o tamanho dessa barriga, isso não tem violência pior do que a mulher se arrumar, se achar que tá linda e maravilhosa e o homem chegar, mesmo ele sabendo que ele tá bonita e só pra botar ele pra baixo diz assim: tu tá feia, vai tirar essa roupa, vai vestir outra não tá vendo que tu tá feia [...] (Júlia; **violência psicológica**)

Eu me calava, não tinha voz pra gritar diante dele não. Se eu falasse ele caía pra dentro. Pra querer me bater (riso). Eu tinha medo, não tinha força que toda vida fui franzina e ele era mais forte. E quando bebia ficava mais forçudo ainda. Então o que ele flava eu baixava a cabeça e ia chorar, só ia chorar. [...] Dessa vez do revolver mesmo que ele pegou disse que era pra estoura as balas toda na minha cabeça. [...] ele ai botou o braço na porta, botou o braço na porta e me abocanhou com a outra mão e puxou o facão, pra mim dá de facãozada. Nessa hora eu gritei assim: valei-me minha nossa senhora o que foi que eu fiz pra você querer me matar? Se você quer matar, mata, mas, você fica sabendo que você vai matar uma mulher não é uma bandida nenhuma safada não. (Bárbara; **violência psicológica**)

Ele foi embora, esse ele deixou, e essa menina ele arrumou outra namora e casou, deixou eu pra ter menino, Casou com outra e deixou. Ai eu disse a ele tu vai casar e ele: “não lhe quero mais não, porque tenho outra e vou casar”. Eu disse: pode casar... (Jô; ; **violência psicológica**)

[...] Bebida. Ele bebia, se tivesse dentro de casa de boa comigo, tava tudo bem, chegava na rua bebia, quando voltava com outro pensamento e a bebida dele era agressivel, quebrava prato, quebrava copo. Se chegasse da rua a porta tivesse fechada, não era homem de chamar eu ou filho pra abrir a porta era de ponta a pé. (Bárbara; **violência patrimonial**)

Ai ele deu de no pau e caiu por dentro de mim, eu também peguei outro pau e disse não venha não, se você vier eu lhe derrubo que força eu tinha. [...] o quanto fali assim pra ele. Que ele tocasse a mão em mim eu dava um paulada nele eu foi que recebi. Ele acertou logo em mim, e eu cair no chão apaguei. Cair de buço bati boca no chão,

a cabeça e a testa, quebrou meus dentes minha boca começou a sangrar e eu desmaiada apagada. [...] (Bárbara; **violência física**)

Pode-se afirmar que há resistências, por parte de mulheres acometidas no ciclo da violência de gênero. Tais mulheres, encontraram formas<sup>7</sup> para igualar-se aos seus maridos e darem um basta na violência de gênero de suas vidas, conforme explicitado nos relatos que seguem:

Mais eu nunca deixe assim ele falar mais alto do que ( eu) ilha dele mesmo porque ele sabia, se vince ia apanhar também, então por isso que ele não chegava a mim agredir por isso ( Júlia)

Ai um dia ele tentou me pegar eu tava com a menina de 2 meses de nascida eu larguei a menina no braço de minha filha mais velha tá aqui de prova [...] lutei com ele também tava com as unhas grande e lascei a guela dele ele morreu dizendo que ia descontar isso desse dia em diante ele nunca mais partiu pra dizer pra vim perto de mim não. (Bela)

[...] tenho uma parente minha toda vez ela apanhava o marido batia nela ai ela dava queixa ela não ia lá pra Maria da Penha mais ela dava queixa por aqui a polícia ia lá dava conselho e acabava voltando de novo pra casa, quando foi um dia ela se preparou ele já tava no costume de bater ai ele disse hoje eu vou fazer como os outros dias eu te bato; hoje eu vou te matar ela disse: vem, e ai com a coragem que ela teve ele foi lá pegou um machado pra rachar mermo ela saiu capinando ai Deus mostrou ou Deus ou não sei o que, mostrou uma enxadinha que tinha um cacobunzinho ela só foi pegou assim antes dele descer o machado ela desceu a enxada e rachou a cabeça dele assim ele caiu lá no chão “oi me matou” ela perna pra que te tem,[...] levou cinquenta ponto. [...] Tu vai me pagar, ela disse: naquele dia eu fiz uma quando tu vi eu faço duas. (Amélia).

Nessa conjuntura de hegemonia feminina, não podemos concordar que a violência necessite de resposta à altura para ser resolvida, entretanto, faz-se necessário a implementação de mecanismos e ferramentas capazes de reeducar homens violentos, podem ser eficazes, a exemplo da aplicabilidade da Lei 11.340/2006 com suas medidas de prevenção, proteção e punição em situações desencadeadas por atos de violação de direitos humanos, na questão de gênero.

A violência física se constitui como umas das formas brutais e selvagem da assimetria de gênero, entretanto, a violência simbólica, que oculta hierarquias predominantes na relação homem/mulher, somente é percebida e

---

<sup>7</sup> Nomes fictícios para preservar anonimato das entrevistadas. Todas assinaram TCL.

aceita socialmente, em circunstâncias “naturais” no comportamento do homem. A ocupação de mulheres em cargos de lideranças, assumindo espaços laborais, a exemplo de construção civil. Outro extremo da simbologia ocultada na violência, é a proibição masculina da mulher frequentar espaços discursivos que ampliem o saber feminino, como foi registrado no início da implementação do projeto de pesquisa, acima mencionado. Ao receber o convite para participar de uma das reuniões, obtivemos a seguinte resposta da mulher convidada: “*vou falar com o meu marido, se ele deixar, eu vou [...] ele não deixou*”.

A violência simbólica, representada sob a forma de submissão/obediência ao marido, se traduz na continuidade da assimetria de gênero, o que culturalmente se impregnou com os discursos androcêntricos, machistas, sexistas e misóginos na sociedade brasileira. A mulher, em meio à luta política tem conquistado direitos responsáveis pela sua autonomia, protagonismo, espaços públicos, dentre outros aspectos. Contudo, o fenômeno da violência de gênero, apesar da legislação vigente, sancionada há quase uma década, permanece rondando a vida de mulheres dos centros urbanos e dos contextos rurais, sendo que nestes, a situação se torna bem mais complexa, pois suas vozes, na maioria das vezes, limitam-se às cercas que delimitam as roças, fazendas, sítios.

As políticas públicas, específicas, para esse fenômeno social retardam na sua materialização, haja vista a inexistência de vontade política em implantar e implementá-las em contextos rurais. Nessa direção, Scott; Rodrigues; Saraiva (2010) salientam que:

[...] a violência contra mulheres no campo termina por constituir uma parcela ainda ínfima do espectro de ações desses atores todos. E justamente em contextos rurais diversos onde a transparência da manifestação exacerbada da condição desigual, hierárquica, põe as mulheres em situação de alta vulnerabilidade (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p. 84).

Experiências de violação de direitos humanos vivenciadas nos espaços rurais por mulheres trabalhadoras do campo, somente reforçam a supremacia masculina em suas vidas, por meio da submissão aos moldes patriarcais e estereótipos, numa sociedade marcada pela trama da dominação masculina,

logo, pode-se concluir que na desigualdade de gênero, conforme enfatizado por Costa:

Geralmente, as mulheres são vistas e tratadas apenas como provedoras do bem-estar da família ou como meio de bem-estar de outros, como mães e esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias COSTA, 2007, p.6).

Nesse contexto, cujo foco esbarra na violência contra a mulher, a historiadora Maria Izilda S. de Matos aponta em *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea* (1998), para as transformações ocorridas na historiografia das mulheres, fenômeno este que tem contribuído para as discussões da categoria gênero, tanto na academia, quanto em outros espaços sociais. A ocupação constante da mulher em diversos espaços possibilitou a reconstrução de suas experiências, logo, a partir dessa emergência, a mulher passa a ocupar o papel de sujeito da história e objeto de estudo nas pesquisas desenvolvidas.

Na sua análise a respeito da historiografia das mulheres, Matos (1998, p. 67) explicita que os anos 1970, as pesquisas direcionavam para a “reintegrar as mulheres à história e restituir a elas sua história”; foi, somente, na década de 80 que a diversidade de temáticas alargam as pesquisas; as mulheres enquanto sujeitos ativos, sua emergência e consolidação nos espaços públicos, não mais confinadas à esfera privada (lar).

Em meio às discussões referentes à invisibilidade das mulheres, as denúncias são recorrentes às mais variadas formas de opressão historicamente constituídas na vida das mulheres. São essas anomalias constantes na história das mulheres, e é nesse contexto, que as pautas de reivindicações políticas dos movimentos feministas na perspectiva de emancipação e autonomia feminina, emergem análises da categoria gênero com o campo teórico ainda tímido. Sobre essa realidade, Dias (1997) é pertinente ao considerar que:

[...] a categoria gênero reivindica para si um território específico em face a insuficiência de corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. [...] encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea (DIAS, 1997, p.68).

Ainda, fazendo uma releitura das décadas com relevância sociopolíticas para a vida das mulheres, a autora salienta que os anos 1990 a ampliação da agenda política dos movimentos feministas trouxeram à tónica das discussões, o debate sobre o fenômeno da violência contra a mulher. As discussões em torno da temática dos direitos das mulheres avançaram no país, signatário das Conferências<sup>8</sup> das Organizações das Nações Unidas, realizadas nesse período, fato que pode ser considerado um pequeno avanço se comparado às décadas anteriores.

### **Considerações finais**

A guisa das considerações finais, podemos concluir que mulheres historiadoras escreveram Histórias de Mulheres a partir do seu lugar social, desde as escravizadas até àquelas ativistas nas lutas contra a invisibilidade da figura feminina na sociedade brasileira. Nos primórdios, eram os homens, os narradores de histórias das mulheres, o que lhes permitiam ‘apagões’ e omissões de episódios ocorridos no cotidiano feminino o que denota o fortalecimento de aspectos relacionados com questões misóginas, machistas e sexistas. As mulheres sempre fizeram e participaram de suas histórias, sendo suas próprias protagonistas. Visibilizar a história das mulheres, velhas camponesas, é dar voz às ‘silenciadas’. Suas evocações, livremente, redesenham suas histórias de vida, reatualizadas numa fase de maturidade política, que lhes possibilita interpretar a opressão masculina vivida por anos nas trajetórias cotidianas. Entender que suas almas e seus corpos foram violentados, em virtude de serem supostas propriedade de homens investidos pelo poder patriarcal, não as intimidou a ‘abrirem’ suas histórias e evocá-las em tempo real, embora tenha lhes custado dores perceptíveis nos gestos corporais durante suas falas. As palavras da entrevistada, que esteve por dez anos à frente do Sindicato Rural de sua cidade reafirma a capacidade de

---

<sup>8</sup> Em 1993 Viena (Conferência Mundial de Direitos Humanos); 1994, Cairo; 1995 Beijing. (TAVARES, 2010).

reflexão crítica diante dos avanços que nós mulheres conseguimos ao longo de nossas trajetórias.

[...] é uma dificuldade que a gente vê os espaços para as mulheres ocuparem os espaços hoje é muito difícil e ela passa por muito e muitas dificuldades pra conseguir avançar e progredir dentro do espaço porque se ela não tiver muita coragem e muita força de vontade ela em vez de crescer, ela vai regredir quer dizer ela conquista o espaço mais ela não consegue avançar muito porque é como se fosse assim, você estivesse dentro de um espaço onde você quisesse passar mais tem uma porta tão, entendeu, tão de ferro ali que pra você ultrapassar essa outra porta ali é você tem que ter muita, muita coragem de fazer muitos enfrentamentos pra você conseguir e passar pela aquela porta. Então as vezes se a gente observar as mulheres consegue chegar, chegou mas, na maioria das vezes ela não conseguiu ir muito adiante, ela não consegue avançar mais do que aquilo ali. Porque não é de interesse do sistema capitalista, não é interesse do sistema machismo, do sistema que esta ai hoje é as mulheres ir muito a diante. Existe espaços que ela vai ter uma autonomia, que ela vai ter uma autoridade, espaço de autonomia e espaço de autoridade na maioria das vezes as mulheres não ocupam muito. (Cida)

Mulheres trabalhadoras rurais são sujeitos políticos e objetos de suas histórias, conforme pode ser percebido em seus relatos. São cidadãs capazes de decidir seu próprio destino, ratificando se o *continuum* da violência é destino, ou podem ressignificar suas histórias e saírem da invisibilidade, tornando-se protagonistas de lutas contra o machismo e o sexismo, filhos do patriarcado, ao mesmo tempo tão antigo e tão atual na vida de nós mulheres.

Pode-se concluir, porém, que nesse aspecto, a ordem patriarcal de gênero dificulta a tomada de decisões por parte de mulheres, nascidas para serem livres da opressão masculina. Contudo, situações de medo/submissão as condicionam em casos conforme evocado na narrativa, a seguir:

Violência contra as mulheres [...] Agora (as mulheres) elas são muitos presas, como disse antes, tem medo ainda da tamanha violência que o marido pode aumentar a violência, mas, caso ela venha tomar uma iniciativa. Tenho amigas que realmente são pessoas bem esclarecidas e sofrem violência né, sofrem violência com o companheiro mais tem medo de fazer a denúncia. (Cida)

Esta pesquisa não está concluída e poderá apresentar novos desdobramentos, haja vista a mesma ainda estar em sua fase de análise dos discursos dos sujeitos coletivos, mas, num esboço preliminar, observa-se a importância de se desnudar a violência de gênero, ouvindo os relatos de mulheres em situação de violência.

## Referências

AMORIM, Marina Alves. “Combates pela História”: a “guerra dos sexos” na historiografia. *Revistas Cadernos Pagu*. São Paulo, n. 20, 2003. p.217-224.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Disponível em <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 10/12/12.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In. FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 2, ° 2/1994. p.373/386.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Resistir e sobreviver In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360- 381.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Revistas Cadernos Pagu* (11) 1998: 00. 67-75.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Revista Cadernos Pagu*, n. 4, 1995. p. 9-28.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Número 1-2, jul./dez 2002.

SARDENBER, Cecília Maria B.; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 81- 114.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Claudia; SARAIVA, Jeíza: Onde mal se ouve os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: \_\_\_\_\_; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. – Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 63- 93.

SHOIHET, Rachel. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, N.2, 1994.

\_\_\_\_\_. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5, Nº1/1997. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. p. 7-29.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In.* DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.578-606

\_\_\_\_\_. *A Historiografia das Mulheres*. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Niterói, v. 2, n.1, p. 7-30, 2. Sem. 2001.

SHOIHET, Rachel; PEDRO, J.M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. p. 281-300.

SILVA, Carmen E CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimento de mulheres*. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2013.

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. *In.* \_\_\_\_\_ (Org.), *Experiências em Pedagogia Feminista*. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p.8-27.

TAVARES, Márcia Santana. Para o monitoramento Da Lei Maria da Penha: - Observe! *Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. CFESS: Brasília, DF, 2010. (CD Rom).

Texto recebido em: 30/06/2017

Texto aprovado em: 20/12/2017